

PODER JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL



APRESENTAÇÃO
INOVAÇÕES E DESAFIOS
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS
NOTAS EXPLICATIVAS
ANEXOS
DECLARAÇÃO DO CONTADOR

UG 050001
JULHO DE 2020

APRESENTAÇÃO

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de sua responsabilidade a solução definitiva dos casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada. O STJ é responsável também pela administração da Justiça Federal, por meio do Conselho da Justiça Federal. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados funciona junto ao tribunal.

Destaca-se que o STJ tem acompanhado a evolução da Contabilidade Pública, atuando de forma ativa nos processos de mudanças definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, o que tem permitido maior transparência da gestão pública realizada por esta Corte.

A Seção de Conformidade e Orientação Contábil - SECOC, de acordo com o Manual de Organização desta Corte, compõe a estrutura da Secretaria de Administração e, conforme o item 10.4, exerce as atribuições de Setorial Contábil de Órgão Superior neste Tribunal. A execução orçamentária e financeira fica a cargo da Secretaria de Orçamento e Finanças enquanto a gestão patrimonial e do almoxarifado são de responsabilidade da Coordenadoria Suprimentos e Patrimônio, ambas as unidades compõem a estrutura desta Corte.

Quanto à atividade de conformidade contábil, cabe relatar que esse procedimento tem como objetivo assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do governo federal em que são executados os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Essas atividades, dentre outras, incluem:

1. analisar e avaliar a consistência das Demonstrações Contábeis dos órgãos e das entidades vinculadas, solicitando providências quanto às regularizações das impropriedades detectadas nos registros contábeis;
2. recomendar os ajustes contábeis quando necessários à integralidade e à tempestividade da informação contábil;
3. acompanhar, orientar e apoiar tecnicamente as áreas administrativas sobre procedimentos contábeis e aplicação de normas para o registro fidedigno dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em consonância com as diretrizes dos órgãos superiores do sistema de contabilidade;
4. apoiar a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central de contabilidade, no avanço e no aperfeiçoamento das rotinas e dos procedimentos contábeis;
5. conciliar os saldos contábeis com os relatórios mensais de bens móveis e com o almoxarifado do STJ;
6. registrar da conformidade contábil e publicar as demonstrações contábeis;
7. executar atividades relacionadas ao encerramento do exercício, de acordo com a normatização publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e recomendações do Tribunal de Contas da União.

O resultado das análises das demonstrações financeiras e demais relatórios do SIAFI é evidenciado na conformidade contábil mensal realizada por esta Setorial Contábil e pelo contador responsável do STJ, de acordo com os procedimentos descritos no Manual do SIAFI e a Macrofunção 02.03.15 – Conformidade Contábil.

INOVAÇÕES

A Setorial Contábil do STJ tem buscado incessantemente aperfeiçoar a qualidade das informações contábeis sob sua responsabilidade e, para isso:

1. Analisa integralmente as folhas de pagamento de pessoal tendo em vista que as despesas dessa natureza consomem acima de 70% por centos dos recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária deste Órgão;
2. Acompanha mensalmente os registros contábeis da gestão patrimonial do STJ por meio de análises do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) e Relatório de Movimentação de Bens (RMB);
3. Capacita comissões na realização de avaliação de bens a serem executadas no presente exercício;
4. Executa a conciliação contábil de contratos, garantias, termos de execução descentralizada, retenção de fornecedores, créditos administrativos, registros de intangíveis e imóveis sob gerencia deste órgão;
5. Verifica a execução dos pagamentos de passivos de precatórios e requisições de pequeno valor, da União, de entidades federais e demais entes da Federação;
6. Elabora orientações contábeis com resultado em análise dos demonstrativos do SIAFI, em especial os auditores contábeis;
7. Acompanha os restos a pagar, visando à redução do estoque com a finalidade de minimizar os impactos no limite financeiro imposto pelos normativos federais relacionados a esta matéria.

DESAFIOS

Os desafios para se alcançar a eficiência da conformidade contábil neste Tribunal incluem:

1. Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, sempre observando as orientações do Órgão Central de Controle Externo e da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, com vistas a permitir que Balanços Contábeis reflitam a exata execução da Lei Orçamentária Anual e os registros patrimoniais afins;
2. Garantir a correta contabilização dos todos os fatos e atos orçamentários, financeiro e patrimonial desta Corte, através da aplicação de normas de contabilidade pública, demonstrando com fidelidade as ações realizadas;
3. Fornecer à administração informações atualizadas e exatas de sua competência para subsidiar a tomada de decisões;
3. Especializar-se como unidade de assessoramento no campo da contabilidade pública;
4. Subsidiar o STJ na transparência pública dos atos e fatos de sua gestão;
5. Aperfeiçoar a comunicação com as unidades gestoras internas para cumprimento das normas contábeis pertinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial;

6. Trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (Sociedade e Tribunal de Contas) e interno (ordenador de despesa, controle interno, áreas de gestão orçamentária e financeira), por meio da prestação adequada de serviços contábeis, com qualidade e celeridade, tendo como foco à aplicação correta das normas federais correlatas à matéria;

7. Emitir Notas Explicativas de forma organizada e estruturada, fazendo uso da referência cruzada, ou seja, associação entre a informação da Demonstração Contábil com o texto da Nota Explicativa, visando o melhor entendimento por parte dos usuários das informações.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do STJ são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei 200/1967, do Decreto 93.872/1986, da Lei 10.180/2001 e da Lei Complementar 101/2000, a partir das informações constantes no SIAFI. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual do SIAFI. Com isso, almeja-se aumentar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras desta Corte, além de possibilitar sua comparabilidade com outras unidades integrantes do SIAFI.

As estruturas e a composição das demonstrações estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Desta forma, são compostas pelos (as): a) Balanço Patrimonial (BP); b) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); c) Balanço Orçamentário (BO); d) Balanço Financeiro (BF) e; e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Para garantia da confiabilidade das demonstrações contábeis, são executados controles e verificações regulares com escopos específicos, abrangendo os lançamentos e procedimentos contábeis considerados relevantes e de maior risco de comprometimento das informações. Para tanto, adotam-se padrões compatíveis com as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Tribunal de Contas da União.

Além dos demonstrativos apresentados, há o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Conforme estipula o MCASP (2018, 8ª ed.), a publicação do mesmo é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Tendo em vista que o STJ não exerce atividades na conformidade de uma sociedade anônima, a DMPL não será apresentada.

Por sua vez, as Notas Explicativas (NE), parte integrante das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

As Demonstrações Contábeis da UG 050001 – Secretaria do Superior Tribunal de Justiça - a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social **até 30 de julho de 2020.**

BALANÇO PATRIMONIAL - BP

Evidencia os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, além de demonstrar sua evolução de 2020 em relação a dezembro de 2019. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Superior Tribunal de Justiça com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira desta Corte.

ATIVO	NE	JUL20 (R\$)	DEZ19 (R\$)
ATIVO CIRCULANTE		192.987.748,04	209.976.899,70
Caixa e Equivalente de Caixa	01	186.287.048,99	186.102.972,44
Demais Créditos e Valores - Curto Prazo	02	2.143.842,86	20.002.904,02
Estoques	03	4.496.289,59	3.829.248,25
VPDs pagas Antecipadamente.		60.566,60	41.774,99
ATIVO NÃO CIRCULANTE		416.413.119,63	394.631.493,99
Ativo Realizável a Longo Prazo (LP)		64.036,40	570.741,78
Demais Créditos e Valores a LP	02	701.452,91	570.741,78
Imobilizado	04	378.246.008,26	359.597.041,30
Bens Móveis		66.500.872,95	57.443.553,67
Bens Móveis		93.186.761,47	81.002.190,98
(-) Depreciação		-26.685.888,52	-23.558.637,31
Bens Imóveis		311.745.135,31	302.153.487,63
Bens Imóveis		312.006.090,26	302.402.082,14
(-) Depreciação		-260.954,95	-248.594,51
Intangível	05	38.103.074,97	34.463.710,91
TOTAL		609.400.867,67	604.608.393,69
PASSIVO + PATRIMONIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE		204.917.039,72	221.526.814,05
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg CP	06	92.050.625,61	77.403.010,69
Fornec. e Contas a Pagar - CP		2.595.637,02	2.180,36
Provisões a Curto Prazo	06	18.381.727,79	50.945.969,00
Demais Obrigações a CP		91.889.049,30	93.175.654,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.844.396,99	1.735.689,15
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg. LP		-	33.542,35
Provisões a Longo Prazo	07	1.844.396,99	1.702.146,96
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		402.639.430,96	381.345.890,33
Resultado Acumulados		402.639.430,96	381.345.890,33
Resultado do Exercício		39.242.823,25	-131.979.881,26
Result. de Exerc. Anteriores		381.345.890,33	479.835.131,80
Ajustes de Exerc. Anteriores		-17.949.282,62	33.490.639,79
TOTAL		609.400.867,67	604.608.393,69

DEMAIS INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	NE	JUL20	DEZ19
1.SALDO PATRIMONIAL			
Ativo Financeiro + Ativo Permanente		609.400.867,67	604.608.393,69
Passivo Financeiro + Passivo Permanente		(691.679.919,22)	(283.866.295,57)
TOTAL	08	(82.279.051,55)	320.742.098,12
2 QUADRO DAS COMPENSAÇÕES ATIVAS			
Garantias/Contrag. Rec.a Exec		15.757.145,50	13.985.926,68
Dir.Conv/Instr/Cong. a Rec.		-	-
TOTAL	09	15.757.145,50	13.985.926,68
3 QUADRO DAS COMPENSAÇÕES PASSIVAS			
Exec. dos Atos Potenciais		290.350.402,69	249.965.839,63
Ob. Conv./Out/Inst. Cong.a Lib.		2.743.647,46	2.853.789,80
Obrig. Contratuais a Exec.		287.606.755,23	247.112.049,83
TOTAL	10	290.350.402,69	249.965.839,63
4.DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
Destinação de Recursos			DÉFICIT
Recursos Ordinários			-255.132.897,14
Recursos Vinculados			-49.748.804,32
TOTAL	08		-304.881.701,46

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BP

MOEDA FUNCIONAL E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

A moeda funcional do STJ é o Real e os saldos em moedas estrangeiras, quando ocorrem, são convertidos para moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no Banco Central - BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de pessoal e suprimentos de fundos, créditos por dano ao patrimônio e decorrentes de folha de pagamento e créditos a receber por cessão de pessoal. Os créditos relacionados com os danos ao patrimônio são mensurados e avaliados pelo valor original e suas atualizações monetárias e incidências de juros de mora são calculados por meio do aplicativo 'Sistema de Débito' disponibilizado no sítio web do Tribunal de Contas da União - TCU.

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

Até o exercício de 2018, os lançamentos relativos aos TEDs eram contabilizados apenas em contas de controle. A partir de janeiro de 2019, passou-se a utilizar também a conta de Adiantamentos, a qual teve o seu saldo gerado por lançamento contábil automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, fazendo refletir nos demais créditos a curto prazo os valores transferidos a comprovar por meio de TED's.

ESTOQUES

Os estoques são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a longo prazo relacionados com créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e danos ao patrimônio e cuja atualização monetária e incidência de juros de mora é calculado pelo 'Sistema de Débito' do sítio web do Tribunal de Contas da União. Uma vez que a Portaria/MF nº 75/2012 informa que os créditos dessa natureza inferiores a R\$ 1.000,00 (um mil reais) não serão inscritos em dívida ativa, o STJ constituiu ajustes para perdas quando frustradas todas as medidas de ressarcimento ao erário de valores que se enquadram na referida portaria.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação ou amortização (esta no caso de softwares com vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação. A atualização dos valores históricos é realizada anualmente com base nos percentuais de imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) fornecidas pelo Governo do Distrito Federal.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O gerenciamento dos inventários patrimoniais desta Corte é executado por sistema informatizado próprio, ora denominado Sistema Administra, no qual são executados os cálculos das depreciações, amortizações, avaliações, dentre outras rotinas.

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades jurisdicionadas do STJ ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

DEPRECIACÃO

A depreciação se refere ao decréscimo no benefício de um bem tangível durante o período contábil decorrente de sua utilização, tendo em vista a deterioração/obsoletismo e a utilidade desse bem à entidade. Constatam no anexo III da Instrução Normativa STJ/GP n. 20 de 22 de novembro de 2019 as metodologias de cálculos da depreciação e avaliação dos bens móveis e imóveis e a amortização de intangíveis desta Corte.

DEPRECIACÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação de bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. A depreciação destes bens móveis ocorre a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de seu tombamento, tendo como método de cálculo o das quotas constantes.

DEPRECIACÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis do STJ é apurado mensal e automaticamente pelo Sistema SPIUnet, sobre o valor depreciável do bem, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art 7º da Portaria Conjunta STN/SPU 703, de 10/12/2014). A depreciação é calculada a partir do dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

As obrigações do STJ são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das Variações Monetárias e Cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar e demais obrigações

ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado do Exercício é o saldo resultante da comparação entre as Variações Patrimoniais Ativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Passivas (VPD com os superávits ou déficits do exercício e superávits ou déficits acumulados saldo de ajustes dos Exercícios Anteriores.

SALDO PATRIMONIAL

É a diferença entre o total do ativo (ativo financeiro + ativo permanente) formado pela soma dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, e o total do passivo (passivo financeiro + passivo permanente), composto pela soma dos grupos Passivo Circulante e Passivo Não Circulante com o total inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) no exercício e com os Restos a Pagar Não Processados inscritos no ano anterior mas ainda não liquidados no exercício corrente.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis nas Contas “Demais Contas – Caixa Econômica Federal/CEF” e “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento”. A primeira registra as cauções recebidas, enquadradas como depósitos restituíveis, ou seja, são ativos financeiros de natureza extra orçamentária e que representam entradas transitórias, sendo suas rentabilidades acompanhadas neste exercício por meio do processo STJ nº 4455/2020; já a segunda, indica os recursos financeiros disponíveis ao STJ e estão distribuídos por fontes e vinculações conforme Anexo I. **A fonte 100 equivale a cerca de 76,78%** das disponibilidades financeiras atuais, sendo mantida com recursos ordinários do Tesouro Nacional – Exercício Corrente – para aplicação nas atividades jurisdicionais desta Corte, sem contrapartida.

NOTA 02 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO

Os créditos a receber de terceiros no curto e longo prazo são demonstrados na tabela a seguir. Os créditos por danos ao erário englobam créditos administrativos (cobrança administrativa) registrados na contabilidade após a apuração de seu valor e definida a responsabilidade do devedor. Esses créditos se subdividem em dois grupos: 1 - créditos a receber por danos ao patrimônio ocasionados por acertos em folha de pagamento ou por terceiros em prestação de serviços no âmbito desta Corte, destacando que é calculado ajuste para eventuais perdas desses créditos, tendo como base o histórico de recebimento dos mesmos, em consonância com a Macrofunção STN 020342; 2 - créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos, constando do processo STJ nº 6442/2015 o seu devido monitoramento. Já a rubrica “Adiantamento – Termo Execução Descentralizada” está relacionada com os adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências para outras unidades por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, aguardando o término da vigência para, mediante prestação de contas do órgão recebedor, ensejar os procedimentos de baixa e conclusão no Sistema SIAFI.

CONTAS	JUL/20 (R\$)	DEZ/19(R\$)	AH(%)
Créditos a receber por cessão de pessoal	21.139,10	6.774,40	212,04%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	357.937,98	-	-
Créditos por Danos ao Patrimônio – Terceiros	113.294,93	115.817,36	-2,18%
Créditos p/ Danos ao Patrimônio - Folha de Pagamento	624.290,85	575.284,98	8,52%
TOTAL	1.116.662,86	697.876,74	60,01%

NOTA 03 – ESTOQUES

O Relatório de Movimentação de Almoxarifado- RMA, até o fim do mês em análise, registrou entradas de material de consumo no total R\$ 4.380.891,74, saídas de R\$ 3.713.850,40 e saldo final de estoque no montante de R\$ 4.496.289,59. As aquisições no período monetariamente mais relevantes e que representaram alta variação percentual com relação ao fim do exercício passado são de “Material de

Processamento de Dados” (69,03%) e “Material Elétrico e Eletrônico” (44,79%). No presente momento, a variação total no almoxarifado deste STJ é de aproximadamente 17,42% em comparação com o seu saldo no encerramento de 2019. Eventuais divergências entre valores registrados no SIAFI e aqueles apresentados no RMA estão justificados no processo STJ nº 1956/2020, constando do Anexo II a relação detalhada de cada item de material de consumo adquirido em 2020 e sua respectiva variação em relação ao saldo final de estoque ao fim do exercício passado.

NOTA 04 – IMOBILIZADO

Ao fim do período em análise, o STJ apresentou o saldo de R\$ 378.246.008,26 relativo ao imobilizado, que é segregado em dois grupos: a) bens móveis e b) bens imóveis.

- **BENS MÓVEIS**

No Sistema SIAFI, ao fim de **julho** de 2020, o total dos bens perfaz a monta de R\$ 93.186.761,47. Já no Relatório de Movimentação de Bens – RMB, o mesmo período finalizou com R\$ 16.374.782,83 de entradas orçamentárias e extra orçamentárias e/ou reavaliações. O saldo das doações, baixas por depreciação e redução a valor recuperável alcançou a soma de R\$ 4.501.362,37 e a totalidade dos bens, o montante de R\$ 82.274.644,13. O aumento de 11,09% em relação ao saldo no encerramento de 2019 é justificado principalmente pela variação monetária nas aquisições de “Equipamentos de Comunicação” (212,95%), “Equipamentos de Áudio e Vídeo” (16,97%), “Ativos de Rede” (87,14%) e Mobiliário Geral (9,56%). A diferença no saldo total dos bens móveis na comparação entre SIAFI e RMB no Sistema Administra se deve,

em sua maior parte, a dois fatos: 1- execução parcial (70%) do contrato STJ nº 88/2020, gerando diferença a menor de R\$ 6.609.905,98 no RMB, conta 12311.04.05 (Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto), destacando que no Administra não é possível o registro de execução parcial de contratos; 2 - entradas e saídas da conta 12311.99.10 (Material de Uso Duradouro), constante do SIAFI no valor de R\$ 2.933.267,78, controladas no Relatório de Movimentação de Almoxarifado – RMA, e não no RMB. Demais divergências por ventura existentes entre valores registrados no SIAFI e aqueles apresentados no RMB estão justificados no processo STJ nº 1956/2020, constando do Anexo III a relação detalhada de cada grupo de bens móveis e suas respectivas variações em relação ao saldo final no exercício anterior.

- **BENS IMÓVEIS**

Os “Bens Imóveis de Uso Especial” estão registrados no sistema SPIUnet e se referem aos imóveis do STJ localizados em Brasília, registrados também no SIAFI com o valor total de R\$ 311.144.305,29, o qual foi atualizado em 3,28% em atendimento ao disposto da Instrução Normativa STJ nº 16/2015 (ver processo STJ nº 6420/2015), tendo como parâmetro de reajuste os índices informados na Lei 6.436/2019-GDF, de 20 de dezembro de 2019. O saldo de depreciação dos referidos bens é de R\$ 260.954,95, constando do Anexo IV, a relação detalhada dos imóveis sob a gerência desta Corte.

NOTA 05 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES)

A conta de intangível, representada pelos softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por este Órgão, finalizou o mês em análise com o saldo R\$ 38.103.074,97. Em relação ao saldo no encerramento de 2019, que foi de R\$ 34.463.710,91, houve um aumento de investimentos nesse grupo patrimonial de aproximadamente de 10,56%.

NOTA 06 – PASSIVO CIRCULANTE

- OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

Em atenção à Lei Orçamentária de 2020 e às instruções nos processos STJ nº 18.218/2019 e STJ nº 38.566/2019, foram registrados no encerramento do exercício anterior os seguintes passivos judiciais: a) precatórios de pessoal – R\$ 40.363.763,19; b) precatórios de benefícios previdenciários – R\$ 35.768.050,71 c) Precatórios de Terceiros – R\$ 88.414.225,50. Não houve movimentação nos mencionados passivos judiciais no período ora em análise.

- PROVISÕES A CURTO PRAZO

Semelhante ao informado no item anterior, registrou-se no encerramento de 2019 o total de R\$ 50.945.696,00 na conta provisão para indenizações trabalhistas para pagamento de débitos judiciais relacionados com requisições de pequeno valor (RPV), também previstos na Lei Orçamentária de 2020 e devidamente instruídos conforme trâmites nos processos STJ nº 18218/2019 e STJ nº 38566/2019. O provisionamento inicial de RPV, acima informado, foi reduzido em R\$ 6.063.015,00 conforme orientações do Ofício Circular nº 48/2020-ME, indo para R\$ 44.882.954,00. O passivo atual é de R\$ 18.381.727,79 considerando os empenhamentos de **julho** deste exercício, que fez a monta de R\$ 4.360.755,89, somado com os dos meses anteriores.

NOTA 07 - PROVISÕES DE LONGO PRAZO

Em conformidade com as normas de encerramento de exercício, foram constituídas provisões para perdas administrativas no valor de R\$ 1.810.854,64 (CPF: 061.233.991-28), R\$ 13.579,23 (CPF: 549.151.987-15) e R\$ 19.963,12 (CPF: 660.522.209-10) tendo em vista procedimentos administrativos internos não finalizados para a liquidação das referidas despesas (STJ nº 29.940/2015). Ressalta-se que a soma dos mesmos monta a quantia de R\$ 1.844.396,99.

NOTA 08 – SALDO PATRIMONIAL

No mês em análise, o presente saldo se encontra deficitário em R\$ 304.881.701,46 indicando que a soma dos passivos a pagar com os compromissos inscritos em RP's é maior que os recursos financeiros disponíveis para suas liquidações. Esta situação será normalizada até o encerramento do exercício quando a Secretaria do Tesouro Nacional – STN tiver disponibilizado todas as cotas financeiras necessárias para a liquidação dos compromissos assumidos em consonância com a Lei Orçamentária Anual - LOA.

NOTA 09 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Os saldos potenciais ativos dizem respeito às garantias colocadas à disposição deste Tribunal quando da assinatura de contratos para prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens. Consta do Sistema SIAFI, ao final de **julho** deste exercício, o saldo de R\$ 15.757.145,50, sendo assim distribuídos: R\$ 15.220.766,04 (96,6%) – Seguros Garantias; R\$ 436.484,71 (2,77%) – Fianças; e R\$ 99.894,75 (0,63%) – Cauções.

NOTA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais passivos estão relacionados aos Termos de Execução Descentralizada (TED's) e aos contratos firmados entre o STJ e terceiros para prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, aquisição de seguros e locação de espaços.

Até o presente mês, foram repassados por meio de TED's R\$ 1.019.618,87, estando pendente de comprovação o montante de R\$ 357.937,98 e, a repassar, o total de R\$ 2.743.647,46, informações estas detalhadas no Anexo V.

As obrigações contratuais na presente data alcançaram o total de R\$ 431.572.618,47, sendo assim distribuídas: a) R\$ 390.811.651,78 de serviços; b) R\$ 390.077,62 de aluguéis; c) R\$ 40.286.106,13 de fornecimento de bens; e d) R\$ 84.782,94 de seguros. Como se pode notar, os compromissos contratuais relacionados com serviços são a grande maioria e representam aproximadamente 90,56% do total das obrigações assumidas pelo STJ até a presente data.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Evidencia as alterações verificadas no patrimônio do STJ, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. A Demonstração de Variação Patrimonial (DVP) tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

DESCRIÇÃO	N.E.	2020 (R\$)	2019 (R\$)
Taxas		24.413.068,64	23.912.866,04
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		586.041,51	854.827,18
Transferências e Delegações Recebidas		975.497.298,53	981.401.443,51
Outras Transferências e Delegações Recebidas		99.736,13	62.306,42
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		12.565.291,01	5.727.236,27
Reavaliação de Ativos		11.456.840,61	5.212.393,22
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.618.132,70	1.951.768,37
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.615.610,27	1.951.768,37
TOTAL	11	1.014.679.970,64	1.013.848.620,17

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

DESCRIÇÃO	N.E.	2020 (R\$)	2019 (R\$)
Pessoal e Encargos		516.611.565,71	513.326.388,04
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		222.537.822,74	218.133.291,98
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		134.804.368,52	124.124.642,65
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		323,28	34.809,38
Transferências e Delegações Concedidas		93.718.271,63	87.204.758,05
Transferências Intragovernamentais		93.439.171,86	86.530.067,54
Outras Transferências e Delegações Concedidas		279.099,77	674.690,51
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		1.633.773,96	3.239.652,63
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		871.564,50	1.529.580,42
Perdas Involuntárias		3.552,31	76.261,95
Incorporação de Passivos		-	54.921,62
Desincorporação de Ativos		758.657,15	1.578.888,64
Tributárias		84.020,28	66.883,72
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		29.888,23	32.460,03
Contribuições		54.132,05	34.423,69
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		6.047.001,27	2.720.146,13
TOTAL	12	975.437.147,39	948.850.572,58

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO DVP

RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial do período é apurado nesta demonstração pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passará a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) no encerramento do exercício. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas por este Órgão provocaram alterações no patrimônio desta Corte, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade

TAXAS

Referem-se às custas judiciais de interposição de recursos no STJ e/ou ajuizamento de ações originárias nesta Corte. Apesar destes valores sensibilizarem a conta SIAFI “Taxa pela Prestação de Serviços” deste Órgão, os referidos recursos financeiros são creditados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, tendo como favorecida a Coordenação-Geral de Programação Financeira.

EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A maioria das receitas deste grupo está relacionada com a arrecadação de receitas de serviços administrativos e cessão de espaços internos para exploração de serviços diversos (restaurantes, bancos entre outros).

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Saldos em sua maioria relacionados com as cotas recebidas e disponibilizadas pela STN nas fontes 0100, 0153, 0156 e 0169.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Grupo relacionado com indenizações e restituições no qual o pagamento de ajuda de custos e auxílio moradia compõem a quase totalidade de seu saldo.

RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do Resultado Patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPAs) e das variações patrimoniais diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas

tributárias e transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/ Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 11 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	JUL20 (R\$)	JUL19 (R\$)	AH (%)
(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	1.014.679.970,64	1.013.848.620,17	0,1%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	24.413.068,64	23.912.866,04	2,09
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	586.041,51	854.827,18	-31,44
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	138,25	478,80	-71,13
Transferências e Delegações Recebidas	975.497.298,53	981.401.443,51	-0,60
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	12.565.291,01	5.727.236,27	119,40
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.618.132,70	1.951.768,37	-17,09

A variação mais relevante, observada no item “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos” (119,40%), decorreu, na quase totalidade, da reavaliação de bens imóveis ocorrida em janeiro do presente exercício conforme elucidado na “Nota 04”.

NOTA 12 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	JUL20 (R\$)	JUL19 (R\$)	AH (%)
(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	975.437.147,39	948.850.572,58	2,8%
Pessoal e Encargos Sociais	516.611.565,71	513.326.388,04	0,64
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	222.537.822,74	218.133.291,98	2,02
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	134.804.368,52	124.124.642,65	8,60
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	323,28	34.809,38	-99,07
Transferências e Delegações Concedidas	93.718.271,63	87.204.758,05	7,47
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.633.773,96	3.239.652,63	-49,57
Tributárias	84.020,28	66.883,72	25,62
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.047.001,27	2.720.146,13	122,30

A variação positiva de 8,60% apresentada na linha “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo”, de maior variação monetária, justifica-se, em sua maior parte, por pagamentos acumulados até o mês de **julho** de 2020, não ocorrendo na mesma proporção no mesmo período do exercício anterior, sensibilizando as VPD's 33231.01.00 (Serviços Técnicos Profissionais) e 33231.02.00 (Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional).

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Demonstrativo das receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo. Evidencia, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (R\$)

RECEITAS	NE	PREV. INC.(a)	PREV. ATUALIZ.(b)	RECEITAS REALIZ.(c)	SALDO (d)=(c-b)
Receitas Correntes	13	1.273.448,00	1.273.448,00	17.400.182,78	16.126.734,78
Receitas Tributárias		-	-	17.089.148,61	17.089.148,61
Receitas de Serviços		78.789,00	78.789,00	3.723,67	-75.065,33
Outras Receitas Correntes		1.194.659,00	1.194.659,00	307.310,50	-887.348,50
Subtotal com Financiamentos		1.273.448,00	1.273.448,00	17.400.182,78	16.126.734,78
Déficit	14			1.321.600.214,73	1.321.600.214,73
TOTAL		1.273.448,00	1.273.448,00	1.339.000.397,51	1.337.726.949,51

DESPESAS	NE	DOT. INICIAL	DOT. ATUALIZ.	DESP. EMP	DESP LIQ	DESP PAGAS	SD DA DOT.
Desp. Corrente		1.574.902.405,00	1.577.380.676,00	1.324.948.074,75	856.701.823,18	855.385.109,10	252.432.601,25
Pes/Enc. Sociais		1.235.285.514,00	1.235.285.514,00	1.039.964.680,50	706.593.422,30	706.453.179,09	195.320.833,50
Out. Desp. Corr.		339.616.891,00	342.095.162,00	284.983.394,25	150.108.400,88	148.931.930,01	57.111.767,75
Desp de Capital		49.095.401,00	49.095.401,00	14.052.322,76	4.979.380,73	3.931.865,80	35.043.078,24
Res. de Conting.		1.726.016,00	1.726.016,00	-	-	-	1.726.016,00
TOTAL	15	1.625.723.822,00	1.628.202.093,00	1.339.000.397,51	861.681.203,91	859.316.974,90	289.201.695,49

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (R\$)

NÃO PROCESSADOS	NE	INSC EX.. ANT (A)	INSC 31.12.19 (B)	LIQUID. (C)	PAGOS (D)	CANC. (E)	SD (F=A+B-D-E)
Despesas. Correntes		2.502.011,23	39.646.837,54	33.713.745,85	33.712.151,80	4.564.763,12	3.871.933,85
Pes/Enc. Sociais		193.950,66	8.081.735,52	6.291.007,17	6.291.007,17	1.984.679,01	0,00
Out. Desp. Correntes		2.308.060,57	31.565.102,02	27.422.738,68	27.421.144,63	2.580.084,11	3.871.933,85
Despesas de Capital		1.786.997,08	16.670.126,72	13.410.966,76	13.346.638,26	486.686,29	4.623.799,25
Investimentos		1.786.997,08	16.670.126,72	13.410.966,76	13.346.638,26	486.686,29	4.623.799,25
TOTAL	16	4.289.008,31	56.316.964,26	47.124.712,61	47.058.790,06	5.051.449,41	8.495.733,10

PROCESSADOS /NÃO PROC LIQUIDADOS	NE	INSC EM EX. ANT.	INSCR. EM 31.12.19	PAGOS	CANCELADOS	SALDOS
Despesas Correntes		2.680.529,15	1.840.389,69	1.714.288,97		2.806.629,87
Outras Despesas Correntes		2.680.529,15	1.840.389,69	1.714.288,97		2.806.629,87
Despesas de Capital		80.774,79	2.295,33	-		83.070,12
Investimentos		80.774,79	2.295,33	-		83.070,12
TOTAL	16	2.761.303,94	1.842.685,02	1.714.288,97		2.889.699,99

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BO

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Ao se confrontar, num dado momento, as receitas e despesas previstas na lei orçamentária para o STJ com àquelas efetivamente realizadas é possível concluir se houve superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário neste Órgão

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 13 – RECEITAS CORRENTES

As receitas realizadas, rotineiramente, superam as previsões de receitas atualizadas e isso ocorre porque o STJ não possui autonomia para atualizar as referidas previsões, competência esta da Secretaria-Adjunta de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal SEAFI/SOF (Portaria nº 02, de 17 de fevereiro de 2017 – DOU – Seção 01 nº 37, terça-feira, 21 de fevereiro de 2017). A STN, após consulta desta Setorial, ratificou as referidas impropriedades, conforme se observa na mensagem (comunica SIAFI) 2017/1518536.

NOTA 14 – DÉFICIT EM RECEITAS REALIZADAS

Essa linha apresenta a diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas com finalidade de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário. As despesas deste Tribunal são custeadas pelas dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual cujas fontes de recursos (receitas) são disponibilizadas pelo Tesouro Nacional no decorrer do exercício.

NOTA 15 – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A seguir é demonstrado a execução orçamentária da UO 11101 até o mês de **julho** deste exercício tendo como base a LOA de 2020. No referido quadro estão incluídos todos os destaques recebidos e excluídas as despesas de precatórios e RPV's, visto que tais despesas pertencem ao orçamento da UO 71103 - Ministério da Economia, apesar de serem executadas pelo STJ.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2020

TOTAL AUTORIZADO		R\$ 1.625.723.822,00					
		PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (R\$)	SD EXEC %			
PROGRAMA							
0033 – Programa de Gestão e Manutenção do Judiciário		1.621.883.926,00	831.832.602,56	51,29%			
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais		49.211,00	27.408,75	55,70%			
0999 - Reserva de Contingência		3.790.685,00	-	0,00%			
FUNÇÃO							
02 – Judiciária		1.210.133.764,00	594.162.099,83	49,10%			
09 - Previdência Social		411.750.162,00	237.670.502,73	57,72%			
28 - Encargos Especiais		47.520,00	27.408,75	55,70%			
99 - Reserva de Contingência		3.790.685,00	-	0,00%			
SUBFUNÇÃO							
061 - Ação Judiciária		267.008.880,00	87.595.417,81	32,81%			
122 - Administração Geral		725.543.110,00	372.311.654,05	51,31%			
128 - Formação de Recursos Humanos		8.687.052,00	1.855.754,07	21,36%			
272 - Previdência do Regime Estatutário		411.750.162,00	237.670.502,73	57,72%			
301 - Atenção Básica		60.163.713,00	43.114.510,89	71,66%			
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador		38.759.452,00	22.148.613,12	57,14%			
846 - Outros Encargos Especiais		110.020.768,00	67.163.558,64	61,05%			
999 - Reserva de Contingência		3.790.685,00	87.595.417,81	32,81%			
GRUPO DE DESPESA							
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.235.285.514,00	676.161.499,32	54,74%			
3 - Outras Despesas		341.340.928,00	151.766.646,19	44,46%			
4 – Investimentos		49.097.380,00	3.931.865,80	8,01%			
9 - Reserva de Contingência		-	-	0,00%			
FONTE POR GRUPO DE DESPESA							
Fonte	1 – PESSOAL	3 – O.D.C	4 – INVEST	9 – RES	TOTAL	EXECUTADO	%
100	823.535.352,00	239.136.383,00	48.979.880,00	-	1.111.651.615,00	529.404.402,80	47,62%
127	-	40.835.673,00	-	-	40.835.673,00	21.615.749,18	52,93%
150	-	78.789,00	-	-	78.789,00	0,00	0,00%
151	-	60.095.424,00	117.500,00	-	60.212.924,00	43.141.919,64	71,65%
156	102.491.735,00	-	-	-	102.491.735,00	0,00	0,00%
169	309.258.427,00	-	-	-	309.258.427,00	237.670.502,73	76,85%
175	-	1.194.659,00	-	-	1.194.659,00	0,00	0,00%
175111010	-	-	-	-	-	27.436,96	0,00%
TOTAL	1.235.285.514,00	341.340.928,00	49.097.380,00	-	1.625.723.822,00	831.860.011,31	51,17%

NOTA 16 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

No quadro “Execução dos Restos a Pagar não Processados”, do saldo total de R\$ 60.605.972,57 referente aos restos a pagar de exercícios anteriores e aos inscritos em 31.12.2019, cerca de 77,76% foram pagos e 8,33%, cancelados até a presente data. Dos empenhos pagos, destacam-se os valores de: R\$ 20.314.621,10 referente a diversas despesas com assistência médica dos servidores deste STJ, conforme se pode observar nos empenhos 2018NE000051, 2019NE000036 e 2019NE000037; e R\$ 5.691.007,60 referente a despesas com folha de pagamento, vide empenhos 2019NE000004 e 2019NE000006. No quadro “Execução dos Restos a Pagar Processados e não Liquidado”, destaca-se

a permanência do valor de R\$ 1.835.303,61 a pagar à Empresa Central IT Tecnologia da Informação Ltda. a conta do Empenho 2015NE000342 em virtude de uma série de irregularidades na execução do Contrato STJ 14/2015 que ainda estão pendentes de deliberação por parte da Administração conforme histórico observado no Processo STJ 10627/2015. Com o novo regime fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016, fez-se necessária melhor gestão dos restos a pagar, já que concorrem diretamente, em cada exercício, com as despesas pagas referentes ao orçamento anual, para fins de limite de pagamento da despesa. À vista disso, esta setorial contábil monitora no decorrer do exercício a execução dos empenhos inscritos em restos a pagar nos Processos STJ 38515/2019, 38651/2019 e 74/2020.

A Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que o Relatório de Gestão Fiscal de cada quadrimestre deverá conter o demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar referente às despesas liquidadas, às empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa. O demonstrativos desta Corte podem ser consultado no endereço <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Transparencia/Relatorios-de-gestao/Relatorio-de-Gestao-Fiscal-quadrimestral>

BALANÇO FINANCEIRO

Demonstrativo contábil em que se confrontam num dado momento, as receitas e despesas orçamentárias deste Tribunal, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que irão se transferir para o exercício seguinte.

DOS INGRESSOS

DESCRIÇÃO	NE	2020 (R\$)	2019 (R\$)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		17.400.182,78	17.565.757,90
Vinculadas		17.434.126,03	17.599.344,76
Outros Recursos Vinc a Órgãos e Programas		17.434.126,03	17.599.274,76
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-33.943,25	-33.586,86
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		975.397.562,40	981.339.137,09
Resultantes da Execução Orçamentária		975.301.666,95	981.189.525,02
Cota Recebida		971.604.478,49	979.509.175,80
Repasse Recebido		3.697.188,46	1.641.171,80
Sub-repasse Recebido		-	39.177,42
Independentes da Execução Orçamentária		95.895,45	149.612,07
RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS		488.860.097,65	420.593.663,75
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		2.364.229,01	872.796,33
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		477.319.193,60	410.765.337,61
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		256.694,71	172.035,90
Outros Recebimentos Extraorçamentários		8.919.980,33	8.783.493,91
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		186.102.972,44	194.851.020,75
Caixa e Equivalentes de Caixa		186.102.972,44	194.851.020,75
TOTAL		1.667.760.815,27	1.614.349.579,49

DOS DISPÊNDIOS

DESCRIÇÃO	NE	2020 (R\$)	2019 (R\$)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		1.339.000.397,51	1.260.038.130,25
Ordinárias		940.002.909,25	1.005.616.439,64
Vinculadas		398.997.488,26	254.421.690,61
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		93.439.171,86	86.530.067,54
Resultantes da Execução Orçamentária		67.026.836,97	60.079.700,27
Repasse Concedido		1.254.190,51	363.046,22
Sub-repasse Concedido		4.894.327,63	5.000.000,00
Cota Devolvida		60.878.318,83	54.716.654,05
Independentes da Execução Orçamentária		26.412.334,89	26.450.367,27
DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS		49.034.196,91	34.927.037,40
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		1.714.288,97	2.579.176,75
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		47.058.790,06	32.165.566,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		261.117,88	182.294,35
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	17	186.287.048,99	232.854.344,30
Caixa e Equivalentes de Caixa		186.287.048,99	232.854.344,30
TOTAL		1.667.760.815,27	1.614.349.579,49

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BF

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do STJ. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme arts. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Desta forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 17 – SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE/CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O saldo informado, no valor de R\$ 186.287.048,99, refere-se à soma das cauções registradas a título de garantia contratual na Conta Caixa Econômica Federal e do saldo da Conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. Registre-se que o montante de recursos financeiros a serem recebidos em 2020 corresponderão ao total da dotação atualizada para este STJ, em consonância com a Lei Orçamentária Anual - LOA, adicionado a esse valor àquele referente à soma dos empenhos inscritos em restos a pagar e ao saldo remanescente de recursos financeiros não utilizados e que serão diferidos no final do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Relaciona as saídas e as entradas de recursos em espécie no caixa, classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, durante o período, e indica também o resultado desses fluxos.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	17.462.580,61	48.967.723,04
		2020 (R\$)	2020 (R\$)
INGRESSOS	18	1.001.974.420,22	1.007.860.424,80
Receita Tributária		17.089.148,61	16.739.007,16
Receita de Serviços		3.723,67	46.061,43
Outras Receitas Derivadas e Originárias		307.310,50	780.689,31
Outros Ingressos das Operações		984.574.237,44	990.294.666,90
Ingressos Extraorçamentários		256.694,71	172.035,90
Transferências Financeiras Recebidas		975.397.562,40	981.339.137,09
Arrecadação de Outra Unidade		8.919.980,33	8.783.493,91
DESEMBOLSOS		-984.511.839,61	-958.892.701,76
Pessoal e Demais Despesas		-821.390.326,87	-811.097.129,35
Judiciário		-553.937.148,24	-526.491.303,35
Previdência Social		-237.924.543,67	-233.106.615,85
Encargos Especiais		-29.528.634,96	-51.499.210,15
Transferências Concedidas		-69.421.223,00	-61.083.210,52
Intragovernamentais		-69.421.223,00	-61.083.210,52
Outros Desembolsos das Operações		-93.700.289,74	-86.712.361,89
Dispêndios Extraorçamentários		-261.117,88	-182.294,35
Transferências Financeiras Concedidas		-93.439.171,86	-86.530.067,54
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-17.278.504,06	-10.964.399,49
		2020 (R\$)	2020 (R\$)
DESEMBOLSOS		-17.278.504,06	-10.964.399,49
Aquisição de Ativo Não Circulante		-13.208.828,80	-9.380.225,86
Outros Desembolsos de Investimentos		-4.069.675,26	-1.584.173,63
Geração Líquida De Caixa e Eq. de Caixa		184.076,55	38.003.323,55
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		186.102.972,44	194.851.020,75
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		186.287.048,99	232.854.344,30

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DA DFC

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período. Em **julho** de 2020, o valor do fluxo de caixa líquido do STJ correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, perfazendo a monta de R\$ 184.076,55. Esse resultado somado à rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa Inicial” do exercício, no valor de R\$ 186.102.972,44, revelou um montante de R\$ 186.287.048,99. Tal valor encontra-se conciliado com o montante registrado na rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” do Balanço Patrimonial (BP) e no “Saldo para Exercício Seguinte”, apurado no Balanço Financeiro (BF), salientando que boa parte do valor da rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” é referente às disponibilidades financeiras para fazer frente às despesas inscritas em Restos a Pagar. Até o presente período, não houve fluxo de caixa de atividades de financiamento, ou seja, não houve operações de crédito ou outras atividades congêneres.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 18 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

As receitas derivadas e originárias registradas neste item estão relacionadas com a cobrança das custas devidas à União que tenham como fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense no âmbito deste Tribunal quando do ingresso de recursos originários e/ou recursal no STJ (Lei 11.636/2007). Já o saldo informado na linha “Outros Ingressos das Operações” representa as cotas financeiras recebidas no exercício até a presente data para custear a execução orçamentária deste Órgão.

ANEXOS

ANEXO I RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES

FONTE	JULHO/2020 (R\$)	%
0100 - Recursos Ordinários	141.298.505,73	76,7766%
0127 - Custas e Emolumentos (Poder Judiciário)	5.942.404,12	3,2289%
0144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	639.480,73	0,3475%
0150 - Recursos não Financ. Diretamente Arrecadados	5.348.054,25	2,9059%
0151 - Recursos Livres da Seguridade Social	18.842.001,84	10,2381%
0169 - Contrib. Patronal P/ Plano Segurid. Soc. Serv.	9.352.951,57	5,0821%
0175 - Taxas por Serviços Públicos	770.719,94	0,4188%
0300 - Recursos Ordinários (Exerc. Ant.)	1.000.000,00	0,5434%
0350 - Rec não Financ. Diret. Arrecadados (Exerc. Ant.)	740.800,90	0,4025%
0375 - Taxas por Serviços Públicos (Exerc. Ant.)	103.484,56	0,0562%
TOTAL	184.038.403,64	100,000%

ANEXO II RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO - RMA

MATERIAIS DE CONSUMO	MOVIMENTAÇÃO ATÉ JULHO DE 2020 (R\$)			DEZ/2019 (R\$)	%
	ENTRADAS	SAÍDAS	SDO FINAL	SDO FINAL	VAR 2020/2019
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	272.644,69	272.677,99	486,18	519,48	-6,41%
Combustíveis e Lubrif. p/ Out. Finalidades	189,80	189,80	0,00	0,00	0,00%
Gás e Outros Materiais Engarrafados	2.786,00	2.786,00	0,00	0,00	0,00%
Gêneros de Alimentação	230.368,27	279.552,47	76.975,80	126.160,00	-38,99%
Material Farmacológico	365.173,01	365.173,01	0,00	0,00	0,00%
Material Odontológico	4.618,35	5.683,86	4.520,39	5.585,90	-19,07%
Material Químico	360,00	1.793,25	3.480,75	4.914,00	-29,17%
Material Educativo e Esportivo	199,60	199,60	0,00	0,00	0,00%
Material para Festividades e Homenagens	2.207,64	2.207,64	105,50	105,50	0,00%
Material para Expediente	34.581,70	49.755,32	313.204,48	328.378,10	-4,62%
Material de Processamento Dados	1.150.301,27	876.865,13	669.549,86	396.113,72	69,03%
Material de Acondicionamento e Embalagem	10.194,85	10.382,77	33.467,68	33.655,60	-0,56%
Material de Cama, Mesa e Banho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Copa e Cozinha	21.443,67	8.049,87	42.482,54	29.088,74	46,04%
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	326.213,87	327.441,84	234.268,58	235.496,55	-0,52%
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	2.394,50	2.710,25	2.133,04	2.448,79	-12,89%
Material para Manutenção de Bens Imóveis	417.151,80	419.333,59	447.168,25	449.350,04	-0,49%
Material para Manutenção de Bens Móveis	23.791,04	35.949,60	114.094,16	126.252,72	-9,63%

Material Elétrico e Eletrônico	930.932,40	540.590,85	1.261.837,16	871.495,61	44,79%
Material de Proteção e Segurança	12.500,56	12.513,66	3.163,85	3.176,95	-0,41%
Material para Áudio, Vídeo e Foto	0,00	144,64	1.492,43	1.637,07	-8,84%
Material para Comunicações	214.243,74	143.849,65	1.176.907,14	1.106.513,05	6,36%
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	1.428,84	1.428,84	0,00	0,00	0,00%
Material Hospitalar	35.270,73	34.924,91	40.969,11	40.623,29	0,85%
Material para Manutenção de Veículos	119.755,75	119.755,75	48.127,98	48.127,98	0,00%
Material p/ Utilização em Gráfica	2.917,80	427,20	9.645,93	7.155,33	34,81%
Ferramentas	1.672,20	1.913,25	9.817,92	10.058,97	-2,40%
Material p/ Reabilitação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Sinalização Visual e Outros	21.681,20	21.681,20	505,68	505,68	0,00%
Material Bibliográfico	111.072,31	111.072,31	0,00	0,00	0,00%
Bandeiras, Flamulas e Insignias	840,00	840,00	0,00	0,00	0,00%
Outros Materiais de Consumo	63.956,15	63.956,15	1.885,18	1.885,18	0,00%
TOTAL	4.380.891,74	3.713.850,40	4.496.289,59	3.829.248,25	17,42%

ANEXO III RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS - RMB

MOVIMENTAÇÃO ATÉ JULHO DE 2020 (R\$)				DEZ/19 (R\$)	VAR(%)20/19
DESCRIÇÃO	ENTR/REAVL	SAÍDAS/BX DEPR/RED A VALOR RECUP.	SALDO FINAL	SALDO FINAL	%
Aeronave	0,00	1.486,98	5.893,02	7.380,00	-20,15%
Aparelhos Medição e Orientação	3.759,90	263,52	60.432,53	56.936,15	6,14%
Aparelhos e Equip. de Comunicação	0,00	3.249,90	4.641.162,36	1.483.014,51	212,95%
Aparelhos Médicos e Odontológicos	23.137,88	11.051,67	487.565,41	475.479,20	2,54%
Aparelhos Esportes e Diversão	0,00	0,00	5.114,90	5.114,90	0,00%
Aparelhos Domésticos	14.845,70	8.088,37	809.572,47	802.815,14	0,84%
Armamentos	126.806,28	32.470,53	303.760,36	209.424,61	45,05%
Coleção e Materiais Bibliográficos	0,00	0,00	1.144.845,46	1.144.845,46	0,00%
Equipamentos de Segurança	213.676,82	1.305,34	3.565.367,52	3.565.428,86	0,00%
Equipamentos Energéticos	47.622,94	265.588,27	470.185,33	688.150,66	-31,67%
Equipamentos Gráficos	22.688,79	20.696,03	60.820,81	58.828,05	3,39%
Equipamentos de Áudio e Vídeo	7.381.957,19	114.523,86	4.531.408,90	3.873.881,55	16,97%
Máquinas, Aparelhos e Eq. Diversos	16.500,00	0,00	54.708,62	38.208,62	43,18%
Material TIC	4.396.043,09	46.892,36	32.753.619,98	32.609.770,44	0,44%
Máquinas de escritório	5.928,00	7.714,80	163.730,92	165.517,72	-1,08%
Ativos de rede	0,00	0,00	5.991.346,60	3.201.447,40	87,14%
Máquinas de oficina	69.288,21	63.238,31	115.192,47	109.142,57	5,54%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	2.972,49	466.301,17	704.395,71	1.167.724,39	-39,68%
Computadores	0,00	0,00	299.013,88	299.013,88	0,00%
Mobiliário em Geral	669.842,39	55.596,38	7.037.610,92	6.423.364,91	9,56%
Servidores (Storage)	0,00	0,00	6.449.150,54	5.104.248,55	26,35%
Obras de Arte	1.000,00	0,00	399.162,09	398.162,09	0,25%
Impressoras	0,00	0,00	98.185,00	27.685,00	254,65%
Veículos Diversos	0,00	449,56	239.463,95	239.913,51	-0,19%
Peça não Incorporadas ao Imóvel	3.800,00	0,00	6.650,00	2.850,00	133,33%
Veículos de Tração Mecânica	3.374.913,15	3.402.445,32	11.875.764,00	11.903.296,17	-0,23%
Outros Materiais Permanentes	0,00	0,00	520,38	520,38	0,00%
TOTAL	16.374.782,83	4.501.362,37	82.274.644,13	74.062.164,72	11,09%

ANEXO IV DOS BENS IMÓVEIS

IMOBILIZADO		
DESCRIÇÃO	INSCRIÇÃO (RIP)	JULHO/2020 (R\$)
Sede do Superior Trib. de Justiça - SAF Sul Qd 06 Lote 01	9701052595007	240.683.474,91
Sede da Ass. dos Serv. do STJ - SCES Trecho 1 Lt 1-B Clube	9701052675000	971.949,79
Residencial - SHIS QL 14 Conjunto 10 nº 06	9701050905009	1.514.122,07
Garagem - SGON q.2 Lts 10 e 20	9701002515000	1.155.413,94
Garagem - SGON q.3 Lts 50 e 80	9701158125004	1.427.335,90
Terreno - SGON q. 4 Lt 6	9701232575004	252.667,31
Terreno - SCEES Trecho 3 Lt 07	9701337945006	63.213.977,19
Armazém/Galpões - SGON q. 4 Lt 5	9701237085005	1.925.364,18

ANEXO V TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADAS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR REGISTRADO	SALDO EXECUTADO	SD ATUAL A REP
688818	STJ-SF 01/2016 Sist. Gerenc. Biblioteca Senado	80.000,00	56.937,69	4.368,81
688941	STF-STJ 05/2016 TV Justiça	76.747,00	27.813,71	48.933,29
696798	STJ-CJF 11/2018 Serviços Gráficos	1.140.000,00	205.274,92	934.725,08
698340	STJ-UNB 02/2019 Pós-Graduação para Servidores do STJ	1.941.191,73	126.501,67	1.475.445,58
699768	STJ-SF 01/2020 Ressarc. Desp. Imóveis Funcionais	525.327,60	245.152,90	280.174,70

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

A Seção de Conformidade e Orientação Contábil (SECOC) compõe a estrutura da Secretaria de Administração.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada, para assegurar a confiabilidade, fidedignidade e integridade das informações constantes do Sistema SIAFI.

A verificação documental em processos de pagamentos que dão suporte aos lançamentos contábeis é realizada, no âmbito da unidade gestora 050001 por servidoras, lotadas na Secretaria de Orçamento e Finanças deste Órgão, designadas especificamente para a realização da conformidade dos registros de gestão em observância ao princípio da segregação de função.

DECLARO que as informações das Demonstrações Contábeis constantes do SIAFI, a saber, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC 1.133/2008), relativos ao presente mês, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do STJ.

Vanôres Ferreira da Silva Júnior

Contador - Substituto

Apoio Técnico

José Jorge de Lima Neto